A CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: impasses e tensões à formação profissional

Leidiane Torres Sales[1]

Fábia Castro de Albuquerque Maranhão[2]

RESUMO: O presente trabalho objetiva a assídua ofensiva travada pelo capital para a recomposição de suas taxas de lucro, diante dos efeitos deletérios da atual crise estrutural do capital na busca pela restauração do equilíbrio sistêmico, e seus rebatimentos na educação superior como nicho mercadológico do capital. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem aporte na perspectiva histórico critica dialética de apreensão da realidade que impoem desafios a formação professional contemporanea no que tange a educação superior.
Palavras Chaves: crise do capital. educação superior. Nicho mercadológico.

ABSTRACT: The present work aims at the assiduous offensive waged by capital to recompose its profit rates, given the deleterious effects of the current structural crisis of capital in the search for the restoration of systemic balance, and its repercussions on higher education as a market niche for capital. This is a bibliographical research that has input in the dialectical critical historical perspective of apprehending the reality that poses challenges to contemporary professional training with regard to higher education.

Key Words: capital crisis. higher education. market niche.

[1] Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Serviço Social (UEPB). leidetorress@gmail.com
[2] Universidade Federal Rural de Pernambuco. Mestre em Políticas Públicas (UFPE). fabiamaranhao@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para se pensar a formação contemporânea requer refletir as determinações sócio históricas que se configuram como o solo concreto que tem perpassado a condução da política de educação superior no Brasil.

Nessa direção, o presente trabalho tem como objetivo discutir a assídua ofensiva travada pelo capital para a recomposição de suas taxas de lucro, diante dos efeitos deletérios da atual crise estrutural do capital na busca pela restauração do equilíbrio sistêmico, e seus rebatimentos no ensino superior. Neste movimento o capital aciona um pacote de medidas de ajuste estrutural na direção de reorganizar e reestruturar o papel do Estado no fomento a privatização do aparato público estatal e na desresponsabilização deste no âmbito da regulação social, no que se refere à prestação de serviços sociais e políticas públicas.

Essa ofensiva tem seus rebatimentos na particularidade brasileira, que encontrou solo fértil no processo de contrarreforma anti-estatal e regressiva de cunho neoliberal do Estado brasileiro, efetivada através de um forte ajuste fiscal e da contenção dos gastos públicos.

Nesse cenário, consideradas onerosas para o Estado, as políticas sociais tornam-se setores privilegiados de investimento enquanto nicho lucrativo para o capital, operando-se o empresariamento das políticas sociais, incluindo-se aí a educação superior, que, nas últimas três décadas vêm se configurando como um dos pilares da política contrarreformista brasileira na busca de valorização do capital, através do projeto de educação neoliberal que visa a expandir o ensino superior, sob fetiche de democratização do acesso, direcionado aos interesses do mercado em detrimento da formação de qualidade, via expansão das instituições privadas de ensino e do sucateamento e privatização interna das instituições públicas

Neste ínterim, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que tem no método de Marx a perspectiva ontological de análise do objeto de estudo como parte do real concreto.

2 CRISE CONTEMPORÂNEA E CONTRARREFORMA DO ESTADO

Nas análises e produções marxistas as crises são inerentes ao modo de produção do capital, expressam o seu modo natural de existência, em intensidades e durações variáveis, e configura-se para o capital como uma possibilidade de superação de suas barreiras imediatas e de estender sua esfera de dominação. Nesse sentido a crise é também funcional ao capital (MÉSZÁROS, 2010).

As crises são fenômenos inerentes ao Modo de Produção Capitalista devido ao seu caráter contraditório, a sua incontrolabilidade sociometabólica (MÉSZÁROS, 2011) destacando-se dentre elas a sua contradição fundamental a produção socializada e apropriação privada.

Nessa direção, as crises demarcam o acirramento das contradições fundamentais do capitalismo, colocando a necessidade de o capital se reorganizar para restaurar as condições da acumulação, incidindo em redirecionar o papel do Estado na sua relação com o mercado e a sociedade, na redefinição de seus mecanismos institucionais de regulação da produção material e gestão e controle da força de trabalho, na proteção social, na legislação trabalhista, determinando medidas de reforma e contrarreformas (MOTA, 2009).

A crise estrutural do capital da década de 1970 afeta em totalidade a complexidade do sistema, pondo em xeque à reprodução sistêmica ativando os seus limites estruturais. Noutras Palavras —[...] uma crise estrutural não está relacionada aos limites *imediatos*, mas aos limites *últimos* de uma estrutura global (MÉSZÁROS, 2010, p. 72, grifos do autor).

De acordo com Castelo (2013) a crise dos anos 1970, que marca derrocada do bloco histórico fordista-keynesiano, teve como estopim a crise de hegemonia bem como as disputas geopolíticas dos países periféricos para romper com o imperialismo, a partir posicionamento político da classe trabalhadora que desafiou a ordem vigente, e abalou a hegemonia burguesa . Esta crise, caracterizada pelo seu cariz universalizante, que colocou em cheque o padrão de acumulação fordista-kenysiano

Netto e Braz (2006, p. 214, grifos dos autores) enfatizam que a resposta do Capital a sua crise em direção da restauração de suas taxas de lucro e recuperação de sua supremacia ideopolítica, podem ser sintetizadas no seguinte tripé: *"reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal*.

Dentre estes mecanismos, na esfera produtiva, busca-se o aumento da produtividade com base no modelo toyotista japonês. Como estratégia de extração de sobretralho incorpora-se novas formas de gestão da força de trabalho, sobretudo, a partir de novos regimes e contratação, com base no trabalho parcial, flexibilizado, precarizado, subcontratado, informalizado, terceirizado, e polivalente; e, também, através da incorporação de novas tecnologias de produção: a microeletrônica, a robótica, a automação, que elevam substancialmente a composição orgânica do capital e endossam o desemprego estrutural (CASTELO, 2013).

Na esfera financeira, dentre algumas estratégias de reversão da crise estrutural, promove-se: a mundialização do capital ancorado no tríplice livre comércio, privatização, e desregulamentação financeira do mercado; a expansão do investimento em capital fictício; e a mercadorização das politicas sociais com a retração do investimento público (CASTELO, 2013).

Na esfera ideopolítica, em consonância com a reestruturação produtiva, o neoliberalismo ascende como sustentáculo do novo modelo de regulação da economia, o qual defende a garantia das liberdades individuais, de mercado e produtivas, e desenvolve uma cultura política anti-Estado, —satanizando-, desqualificando-o e atribuindo a causa da crise a seus gastos —excessivo para com o social, questionando sua ação reguladora (NETTO, 1996) promovendo um Estado mínimo para o social e máximo para o capital, formando uma cultura de mercado com liberdade política e econômica.

Assim, os nexos causais que desvelam as transformações econômicas sociais de ajustes estrutural do capital em curso em vários países expresso nas contrarreformas de Estado com orientação para o mercado, têm como determinação o exaurimento da onda longa expansiva e a crise estrutural do capital que impõem a necessidade de sua reorganização para resvalar à estabilidade e

reprodução do capital (BEHRING, 2008).

Na particularidade brasileira a primeira onda do processo de contrarreforma do Estado foi conduzida a partir da década de 1990, - inicialmente no governo Collor de Mello e aprofundado com Fernando Henrique Cardoso - que sob orientação das agências multilaterais (Banco Mundial, FMI), concretizam, a partir do Plano Diretor e Reforma do Estado, as estratégias de enfrentar os efeitos da crise estrutural do capital no Brasil. Por essa via determina-se a condução de um ajuste fiscal, pautado na política de contenção de gastos, redução dos direitos sociais, flexibilização das relações trabalhistas, e na desresponsabilização do Estado no que se refere as políticas sociais, com vistas a geração de superávit primário (BERHING, 2008).

Para Berhing (2008), os argumentos que ancoram a elaboração do plano diretor revelam que a crise que se manifestava era do Estado que se mostrara rígido e ineficiente com excessivos gastos na área social, ocasionando a crise fiscal, expressa no déficit público, na poupança negativa, endividamento interno e externo e na ausência de crédito e de credibilidade do governo (BERHING, 2008).

Desse modo, encontra-se saída para a crise na redução dos encargos sociais, via flexibilização das relações contratuais trabalhista e da retração do Estado no âmbito das políticas sociais e para que tais medidas de retirada do Estado do âmbito da regulação social se efetivem, tem-se como condição a passivização da classe trabalhadora.

Neste interim, processa-se um ajuste direcionado para o mercado, no qual se promove a entrega de patrimônio público ao capital estrangeiro, com medidas que privilegiam a ciranda financeira do capital. Adota-se um modelo de política macroeconômica que onera os direitos da classe trabalhadora em favor do capital, em que são precarizado e flexibilizado os vínculos e contratos de trabalho a partir da transplantação do padrão de produção japonês flexível.

A ofensiva neoliberal contrarreformista do capital, que instaura também no Brasil o modelo flexível de gestão de força de trabalho, longe de configurar uma inovação organizacional, adensa, aprofunda e expande a flexibilidade e rotatividade do trabalho que é em si um traço estrutural da formação social

brasileira (SANTOS, 2012). Opera-se o corte de gorduras em politicas que já eram raquíticas endossando o traço estrutural da desproteção social brasileira

No bojo da articulação de estratégias de enfretamento as determinações da crise estrutural e na busca pela recomposição da taxa de lucro, à medida que o Estado se desresponsabiliza no âmbito da prestação de serviços sociais, gera-se novos nichos lucrativos para o capital. Nessa direção, as políticas sociais (saúde, previdência e educação), passam a ser consideradas onerosa para o Estado, tornando-se setores privilegiados para o investimento, operando-se o empresariamento das políticas sociais.

Desse modo, inflexionada pelas determinantes contrarreformista a educação superior sob as recomendações dos organismos financeiros internacionais passa a configurar-se como uma —atividade pública não estatal, fazendo parte da agenda ideológica da formação de — capital humano propiciadora de –igualdade de oportunidades (LIMA. 2013) e, consequentemente, abrindo-se espaço no ensin superior, como ramo de investimentos para capital. É sob ótica deste projeto neoliberal contrarreformista que se opera a expansão do ensino superior no final da década de 1990 e nos anos 2000, conforme veremos no tópico seguinte.

3O DESMONTE DA FORMAÇÃO SUPERIOR E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO EXÉRCITO DE RESERVA PARA O CAPITAL

As reflexões apresentadas até aqui indicam que a flexibilização, privatização e precarização do ensino superior está diretamente vinculada ao processo de contrarreforma do Estado, expressando a contrarreforma do ensino superior, que tem como principais estratégias a expansão da educação privada e privatização interna das instituições públicas (MONTE *et al*, 2015).

As proposituras tecidas para a política educacional integram um quadro de medidas conduzidas pelos organismos multilaterais(Banco Mundial, OMC, Unesco para os ajustes dos países periféricos no atendimento as necessidades de valorização do capital, que têm incidido diretamente na formação profissional, e

nas condições postas ao exercício da docência (AMARAL, 2007), sob um discurso aparente de preocupação ao enfrentamento da pobreza (LIMA, 2011).

Diante desse projeto, tais organismos apresentam a educação como política inclusiva e ressalta a necessidade de uma reforma educacional para a inclusão dos segmentos pauperizados da população, sustentando que seria o acesso à educação, mais especificamente a formação técnica, por meio da capacitação tecnológica que promoveria a empregabilidade (LIMA, 2007).

Na análise de Lima (2007) a lógica imperante da contrarreforma da educação superior está pautada na lucratividade do capital, que se legitima, a partir da concepção de educação como serviço, da noção de público não-estatal a prestação e execução de política educacional pelo setor privado, com alocação de recursos do Estado para tal fim, diluindo as fronteiras do público-privado.

Dentro desse quadro, a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) funcionam como mecanismo potencializador da mercantilização da educação, com destaque para a modalidade de Educação à Distância (EAD), sob o discurso mistificado da –internacionalização e –democratização da educação superior (LIMA, 2007).

Desse modo, tais organismos apresentam concepção de educação superior como educação terciária, de terceiro grau, passando a fazer parte desta, cursos técnicos realizado após a conclusão do ensino médio, como estratégias de diversificação e ampliação do acesso ensino superior —[...] na medida em que qualquer curso "pós-médio" (público ou privado) era considerado de nível "terciário", seja através da emissão de diplomas, certificados ou atestados de aproveitamento (LIMA, 2011, p. 04), inclusive cursos à distância, de curta duração.

A perspectiva sustentada é da diversificação das instituições de ensino superior sobre a mística de —democratização do acesso ao ensino superior subordinada à lógica de rentabilidade do capital, que foi conduzida, na particularidade brasileira, nos governos FHC, Lula e Rousseff, com o incentivo a privatização do ensino superior.

Segundo Lima (2011), o processo de privatização do ensino superior nos

referidos governos se deu ancorado nas seguintes estratégias: na diversificação dos cursos e das Instituições de Ensino Superior (IES)- públicas e privadas, universitárias e não universitárias, a exemplo dos Institutos Federais, que tem oferecido cursos técnicos-profissionalizantes, e as EAD's, destinados a classe trabalhadora possibilitando o acesso a educação superior aos desfavorecidos socialmente.

Nesse contexto, a década de 1990 foi palco histórico de disputas de projetos antagônicos para a educação superior: a defesa de um projeto privativista com custeio e subvenções públicas para este setor, defendido por empresários do setor industrial, da indústria de ensino e pela Igreja Católica; e o projeto de educação pública, gratuita e de qualidade defendido pelos movimentos sindicais, estudantis, movimentos sociais, e setores do parlamento. Tais debates influenciaram a elaboração da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) - cujo papel consiste na regulamentação do ensino público e privado do país no que se refere a estrutura e funcionamento do sistema educacional brasileiro-; que após diversas modificações, foi aprovada e sancionada pelo Congresso Nacional no governo FHC, Lei nº 9. 394/96, com vitória do projeto privatista, que visava atender as necessidades do mercado globalizado em detrimento da qualidade da formação (LIMA, 2007).

Nesta versão sancionada, apresentam-se medidas que determinam a execução política educacional que, com destaque para: a concepção do direito a educação pública enquanto dever do Estado restrito a educação escolar, pré-escola, ensino fundamental e médio; os níveis tidos como elevados de formação ficam a critério da capacidade individual de cada um, não configurando um dever do Estado; a normatização da livre iniciativa privada na educação; determina que apenas um terço do corpo docente necessita ter mestrado ou doutorado; e, um terço do corpo docente contratado em regime integral, permanente, de dedicação exclusiva. (BRASIL, 1996). Tais proposituras inferem no projeto de educação pública, gratuita e de qualidade, inflexionado também o ensino superior.

Como parte do mesmo processo contrarreformista que sanciona a LDB e extingue o CFN, Lima (2007) destaca as principais medidas para educação nesse

contexto, dentre estas salientamos: o Decreto nº 2.207/1997 que estabelece a diversificação do sistema federal de ensino, passando a ser constituído por universidades, centros universitários, institutos, faculdades, e faculdades integradas; a medida provisória nº 1.827/99 que regula o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES) que se utiliza das fontes de recursos do MEC, estimulando a alocação de verbas públicas para o setor privado; a aprovação do PNE, pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 que reitera a concepção de educação informatizada tecnicista e a desresponsabilização do poder público para com o ensino superior pautado na política de diversificação das IFES e das fontes de financiamento;

Diante de tais medidas contrarreformista na educação superior, no ano de 2002, final do governo de FHC, com base no Censo da educação superior de 2002 salientado por Lima (2011), já se sinalizava a expansão privatizada do acesso ao ensino superior, pois, o ingresso de discente em IES públicas somava 320.354, enquanto que nas IES privadas somava 1.090.854, indicando os efeitos da política de financiamento estudantil.

De acordo com Iamamoto (2012) a lógica mercantilista que se segue no governo FHC, e aprofundado nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) está pautada no discurso de deterioração das Instituições públicas expressa na ausência de infraestrutura, nos parcos recursos financeiros para o desenvolvimento de pesquisa e mal-empregados nos gastos considerados —não educacionais, as altas taxas de evasão, além da baixa relação aluno/professor; sustentando, desse modo, a defesa das instituições privadas como modelo de administração e gestão educacional: ágeis, flexíveis e eficientes, a partir da ótica de custo/benefício, eficácia/inoperância.

Como expressão dessa realidade, no âmago das demais estratégias do projeto de educação neoliberal, vigente nas ultimas três décadas, o governo FHC formaliza a desarticulação do ensino-pesquisa-extensão, suprimindo o caráter de obrigatoriedade da pesquisa e extensão para aquelas instituições de ensino superior que não se configuram como universidades, dada a diferenciação da natureza das instituições de ensino (faculdades, institutos, centros), argumentando

que esse tripé é um requisito específico da universidade (LIMA, 2013).

No Governo Lula da Silva, por sua vez, dá-se continuidade a lógica de empresiariamento do ensino superior, com a manutenção dos antigos e também a partir da criação de novos programas e projetos contrarreformistas através das parcerias público-privada (LIMA, 2013). O seu direcionamento já sinalizava a preocupação com a ociosidade das vagas no ensino público, e, sobretudo, no ensino privado, assim como com a ―democratização do acesso para as diversas nacionalidades, com a utilização das TIC em que as EAD‘s configuraria estratégias de aumento das vagas nas universidades, e de formação dos professores para a educação básica e o ensino médio (LIMA, 2007).

O incentivo ao ensino privado teve fortalecimento e continuidade com o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), e a partir da criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei 11.096/2005, que concede bolsa de estudo integral e/ou parcial para cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas de ensino superior e regulariza a ampliação de isenção fiscal para as instituições de ensino superior privadas (LIMA, 2011).Esses programas representaram o aprofundamento do financiamento público indireto ao ensino privado, promovendo o empresariamento da política educacional e captação do fundo público para a ciranda financeira do capital, alicerçando em bases sólidas a expansão do ensino superior de modo a garantir que as vagas de acesso criadas não se tornassem ociosas, com retorno lucrativo para o capital (GUERRA, 2010).

Também ocorreu a regulamentação e expansão do funcionamento do Ensino à distância (EAD) e a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), adensando a diversificação das IES no governo Lula da Silva. Essas iniciativas endossam o quadro de desmonte da educação pública, fomentando a precarização da formação profissional e a mercantilização do direito a educação, expressando a contrarreforma do ensino superior no contexto dos anos 2000.

Nessa direção, faz-se necessário desvelar a falácia da ―democratização do ensino superior. O FIES na verdade, consiste em estratégias de favorecimento do capital financeiro e da fábrica de ensinar, no combate a ociosidade das vagas no ensino privado, pois, ele onera a classe que vive trabalho, e expressa a

frenética busca do capital de novos nichos lucrativos e de exploração e extração de mais- valia.

Dados trazidos por Hostin (2015) revelam que, no ano de 2013, foram realizados 505 mil novos contratos do FIES, representando um desembolso por parte do governo federal de 5,9 bilhões, garantindo assim a ocupação das vagas ociosas no ensino superior privado.

Ainda, como rol de medidas contrarreformista, o Ensino à Distância, tem se expandido significativamente. Do ano de 2009 à 2014, (SEMESP, 2016), as matrículas no EaD obtiveram um crescimento de 60%, com 80% de crescimento nas matrículas em instituições privadas. No tocante a realidade do Serviço Social, no ano de 2014, as matrículas para o curso nesta modalidade de ensino cresceram significativamente, chegando a representar o terceiro curso mais procurado, com 97.728 matriculas, ficando atrás apenas do curso de Pedagogia, líder do ranking, e do curso Administração. Tal investimento na área de humanas e ciências sociais aplicadas, , dar-se pela rentabilidade e lucratividade devido os baixos custos de investimento propiciando, tanto a expansão do capital, como também, formando profissionais/intelectuais conformadores de consensos, mantenedores do *"status quo* (LIMA, 2010), endossando assim, o quadro de formação aligeirada, tecnicista, sucateada, pautada na quebra do tripé ensino-pesquisa-extensão.

E, ainda compondo o pacote de contrarreformas na educação superior é o REUNI (Programa de Planos e Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) regulamento pelo Decreto n. 6.096/2007, que opera a mudança do papel das universidades federais, centrado no aumento quantitativo de vagas para ingresso no ensino superior, através do aumento das vagas e da criação de novos cursos (PINTO, 2013), contudo, sem a disponibilização e/ou ampliação dos recursos necessários (tecnológicos, financeiros e humanos), para garantir uma formação de qualidade.

Esta expansão desenfreada do ensino superior sem os investimentos dos recursos necessários, vem operando a massificação do ensino superior, passível de identificação no reduzido quadro docente e na consequente sobrecarga de

trabalho destes.

Rebatimentos para a qualidade da formação profissional, no que se refere: à qualidade das orientações de artigos e monografias, da supervisão acadêmica, e desenvolvimento da pesquisa e extensão, nas horas disponíveis para o preparo da aula a ser ministrada e a formação continuada do docente, deixando lacunas na formação profissional, sobretudo, num contexto em que o contrato de trabalho temporário para docentes —substitutos tem sido apresentado como estratégia importantíssima de redução de gastos para os cofres públicos, impactando a qualidade da formação profissional.

Nesse contexto, os desdobramentos da expansão desenfreada do ensino superior, não se restringe ao Ensino à Distância, pois, também o ensino presencial público e privado sofre inflexões. A expansão do ensino superior é evidenciada a partir da criação de 18 Universidades e 126 novos campis, ampliando-se em 2014 para 152 campus (2014). Uma expansão que se deu de modo massificado na direção de deterioração das universidades públicas sem a realização de novos concursos, cursos em instalações físicas inadequadas para receber os novos alunos ingressantes (SAKURADA, 2017). Não houve, portanto, o direcionamento de recursos que operasse, efetivamente, a democratização do ensino superior com qualidade e, por outro lado, no período de 2003 a 2013, as instituições de ensino superior privadas passaram de 1.652 para o número de 2.130, um acréscimo de 478 novas instituições de caráter privado (SAKURADA, 2017)

A proposta de democratização do ensino superior no âmbito das universidades públicas através do Reuni tem impactado as condições de funcionamento das IFES públicas, corroborado com a precarização do processo didático-pedagógico nas Universidades: são problemas de infraestrutura; salas superlotadas; professores sobrecarregados com ausência de tempo para dedicação ao preparo das aulas, e dedicação efetiva necessidades teóricos conceituais de cada aluno em sala de aula, e nas orientações de TCC‘s e Supervisão de Estágio (PEREIRA e LIMA, 2009).

4 CONCLUSÃO

A partir da lógica mercadólica que tem transformado a educação superior nicho de investimento do capital a universidade tem se reduzido a condição de -fabrica de diploma (GUERRA, 2010), os estudantes tem se tornado exercito industrial de reserve tecnificado apto a atender as necessidades do capital de acordo os seus ciclos de expansão e retração. O objetivo é certificar/diplomar graduados, mestres, e doutores quantitativamente, porém, não qualitativamente.

Cabe considerar, após o golpe jurídico parlamentar do governo Dilma (2015-2016), verifica-se uma tendência ainda mais regressiva no que se refere a políticas sociais brasileiras. Pautada num discurso de controle dos gastos públicos, vem se realizando medidas e propostas que se aproximam da ideologia convencional neoliberal sanguinária, de aprofundamento do empresariamento da educação superior, orientado para o mercado, através da retração de investimentos e incentivo a privatização interna das universidades públicas.

Neste período, apesar do fetiche do enfrentamento as desigualdades sociais ' manteve-se a sangria de recursos da união para o pagamento e amortização da dívida pública em detrimento das políticas públicas, incluindo a política educacional. Até dezembro de 2015, a dívida pública consumiu 962 bilhões de reais, representando um gasto de 42% das receitas federais, enquanto que para a educação foram gastos 3,91% desta receita total (ANFIP, 2015). Estes dados reiteram o desvelamento da farsa da democratização do ensino superior, pois, com a destinação de recursos tão parcos para a educação, como poderia promover uma expansão do acesso a ensino superior com qualidade? Obviamente oferecendo uma educação de pouca qualidade com baixos custos.

Em suma, a expansão quantitativa não implica em expansão qualificada, pois tem se dado ancorado na quebra do tripé ensino-pesquisa-extensão, produzindo uma expansão massificada, sucateada, instrumental destinada ao atendimento às necessidades do mercado, transformando o direito a educação em uma mercadoria de baixa qualidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. S. . **IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES EM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL**: os rumos e desafios da formação profissional. Temporalis (Brasília), v. 14, p. 13-29, 2007.

ANFIP. **Auditoria da dívida pública**. Disponível em:< http://www.auditoriacidada.org.br/> Acesso em 04. AGOS. 2016, as 22:00:34.

BRASIL. **Lei que Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei N.9.394/96**) . Disponivel em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm> acesso em: 12, MAR. 2017, as 05:00:00.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos/ Elaine Rossetti Behring. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

CASTELO, R.. **O Social-Liberalismo:** auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUERRA, Y.. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino publico, privado e a distância. **Serviço Social & Sociedade,** v. 104, p. 715-736, 2010.

HOSTIN, Adércia. Financiamento da Educação Superior no Brasil. In: **IV REUNIÓN SINDICATOS DE EDUCACIÓN SUPERIOR DE LATINOAMERICA.** Disponívelem:<http://contee.org.br/contee/documentos/apresentacao%20financiamento%20publico %20congresso%20contee.ppt> acesso em 15, Jan. 2015, as 22:00:05.

IAMAMOTO, M.V.. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social/ Marilda Vilela Iamamoto. -7. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Serviço Social e Educação**/ Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Texeira de Almeida organizadores; coordenadores da série Valeira Forti, Yolanda Guerra. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 176 p. ; 23 cm. – (Coletânea Nova de Serviço Social). P. 11- 34.

____. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula/ Kátia Lima. – São Paulo: Xamã, 2007.206 p. ; 23 cm.

____. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. In:. **katálysis** vol.14 no.1 Florianópolis Jan./June 2011. Disponível em:<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3645046.pdf.> acesso em 12, JUN. 2017, as 20:23

MÉSZÁROS, I. 1930- **Atualidade histórica da ofensiva socialista**: Uma alternativa radical ao sistema parlamentar/Istaván Meszáros:[tradução Paulo Cezar Castanheira: revisão técnica Maria Orlanda Pinassi].- São Paulo: Boitempo, 2010

____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição/ Istaván Mészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira/ Sérgio Lessa.- 1 ed. Revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A.E._**Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. Disponível em:<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:9ryMrwSMWesJ:xa.yimg.com/kq/groups/15556754/252106433/name/2_Crise_contemporanea_e_as_transformacoes_na_producao_capitalista.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso em: 12, AGO. 2016 as 22:30:00.

NETTO, J. P. Economia Política: Uma introdução Crítica. José Paulo Netto e Marcelo Braz –São Paulo. Cortez,2006).

SANTOS, J.S.. **Questão Social:** particularidades no Brasil/ Joseane Soares Santos.– São Paulo: Cortez, 2012. – (coleção biblioteca básica do Serviço Social; v. 6) .

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2016**. Disponível em:<http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf> acesso em 13. JUN. 2017, as 12:00:00.

MONTE, A. M. F., AMORIM, K. L. S., COSTA M. D. S. TRINDADE, R. L.. **Ensino superior no Brasil e a expansão dos cursos de Serviço Social nos anos 2010 a 2013.** Disponivel em:< http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_34_11_Monte_Amorim_Costa_Trindade.pdf.> Acesso em 12, AGO. 2016, as 22:32:00.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do trabalho docente**:** competitividade e fim do trabalho coletivo.In: **Serviço Social e Educação/** Larissa Dahmer Pereira, Ney Luiz Texeira de Almeida organizadores; coordenadores da série Valeira Forti, Yolanda Guerra. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 176 p. ; 23 cm. – (Coletânea Nova de Serviço Social). P. 35- 54.

SAKURADA, P. K. C O sucateamento da Universidade Pública: a realidade dos cursos de Serviço Social da UFES e UFF. In: **UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**. Disponivel em: http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub- 1079279714.pdf acesso em 22, JUL. 2017, as 13:00:02.